

## Capítulo de Livro:

Neiva-Silva, L., & Koller, S. H. (2002). A rua como contexto de desenvolvimento. Em E. R. Lordelo, A. M. Carvalho, & S. H. Koller (Orgs.), *Infância brasileira e contextos de desenvolvimento* (pp. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo - Salvador: Ed. UFBA.

# 8 A RUA COMO CONTEXTO DE DESENVOLVIMENTO

Lucas Neiva-Silva  
Sílvia Helena Koller<sup>1</sup>

A literatura tem gerado muitas definições e controvérsias sobre quem são, como são e quantos são os meninos e meninas que se desenvolvem pelas ruas das cidades brasileiras e do mundo inteiro. Definir estas crianças e adolescentes como pertencentes a um ou outro grupo tem sido sempre uma tarefa difícil para estudiosos. No entanto, tais definições, ainda que algumas vezes sejam forçadas ou limitantes, são necessárias para realização de pesquisas, pois fornecem informações mais fidedignas sobre quem são estas crianças. Para Koller e Hutz (1996), tem sido no mínimo questionável a premissa de que estas descrições correspondam à realidade do espaço da rua e sejam capazes de abranger a diversidade e a dinâmica do cotidiano das crianças que nela se encontram. Koller e Hutz afirmam que definir crianças como pertencentes a grupos estáticos como meninos *de* rua ou meninos *na*

---

<sup>1</sup> Apoio CNPq. Endereço para correspondência: CEP-RUA/UFRGS, Instituto de Psicologia, Rua Ramiro Barcelos, nº 2600, sala 104, CEP 90035-003, Porto Alegre, RS. Fone: (51) 33165150, Fax: (51) 33339819. *E-mail*: cep\_rua@ufrgs.br. Sobre os autores: *Lucas Neiva-Silva* é Psicólogo formado pela Universidade de Brasília, Mestre e Doutorando em Psicologia do Desenvolvimento pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-Rua/UFRGS) e Coordenador da Equipe de Pesquisa sobre Expectativas Futuras e Resiliência em Crianças e Adolescentes em Situação de Rua do CEP-Rua/UFRGS (*E-mail*: lucasneiva@yahoo.com.br). *Sílvia Helena Koller* é Psicóloga, Doutora em Educação (PUCRS), Pesquisadora do CNPq e Professora do Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordenadora do Centro de Estudos Psicológicos sobre Meninos e Meninas de Rua (CEP-RUA/UFRGS) (*E-mail*: kollersh@ufrgs.br).

rua, é uma temeridade, pois a complexidade e a diversidade do espaço da rua produz uma dinâmica bastante particular à vida das pessoas que dele se utilizam. Estes autores sugerem a terminologia *crianças em situação de rua* para fazer referência a essa população, salientando que se tornam imprescindíveis análises caso a caso, específicas para cada criança, tentando agrupá-las por semelhanças.

Descrever a população infanto-juvenil em situação de rua, também tem sido uma tarefa difícil, especialmente pela ausência de métodos adequados de abordagem e de avaliação das variáveis a serem estudadas. Da mesma forma, a estimativa de quantos são tem sido problemática. Contagens de crianças e adolescentes nas ruas têm sido realizadas amplamente no Brasil, tendo como objetivo principal a utilização destes resultados para planejamento de intervenções. No entanto, se não houver uma aplicação direta e contemporânea dos resultados destes achados, eles deixam de ter valor e utilidade para a intervenção com crianças em situação de rua. Isto ocorre porque há uma constante modificação do panorama de ocupação das ruas pelas crianças, que varia de região para região, com as estações, com os eventos públicos, etc. As dúvidas sobre meninos e meninas em situação de rua são, portanto, crescentes e se mantêm como uma incógnita nos estudos psicológicos. Existe, ainda, uma considerável carência de informações concretas e sistematizadas sobre as suas condições de vida. Por isto, pesquisas nesta área são extremamente relevantes e necessárias, seja para melhorar as condições de vida destas crianças, seja para quebrar a estereotipia e o preconceito que existe com relação a elas. As pesquisas constroem conhecimentos que identificam e avaliam as condições de vida, as qualidades, as limitações das crianças que vivem na rua ou daquelas que a utilizam para sua sobrevivência. Estes conhecimentos podem servir para subsidiar programas de prevenção e de intervenção. Servem, ainda, para mostrar com maior clareza quem são estas crianças e como elas vivem, o que poderá, certamente, melhorar a qualidade de vida de cada um deles e da sociedade que os rodeia.

O primeiro relato sobre um menino de rua, apareceu em 1554, em uma novela autobiográfica de autor anônimo, intitulada *La vida de Lazarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*, sobre um menino que andava pelas ruas da Espanha (Rovere & Pelegrini, 1980). Durante a Revolução Francesa, outro menino de rua foi protagonista de um romance de Victor Hugo (Kosof, 1988). No século XIX, Dickens escreveu o romance *Oliver Twist*, publicado apenas em 1921, que relata a história de um menino de rua (Raffaelli, 1996). Contemporaneamente, vários livros, artigos e listas eletrônicas da Internet denunciam a presença de crianças, adolescentes,

famílias e pessoas em geral que vivem nas ruas em dezenas de países, em todos os continentes (Koller & Hutz, 1996).

O termo “criança de rua” (*street children*) foi usado pela primeira vez em 1851, pelo escritor Henry Mayhew, na obra *London Labour and the London Poor*, apesar de ter alcançado o seu uso geral apenas em 1979, definido como o Ano da Criança, pelas Nações Unidas (Williams, 1993). Antes desse período, esta população era conhecida apenas como abandonada, fugitiva, sem lar (Scanlon, Tomkins, Lynch & Scanlon., 1998), “pivete”, “trombadinha”, delinqüente (Alvim & Valadares, 1988) ou como “menor abandonado” ou “menor infrator” (Maciel, Brito & Camino, 1997). Até a década de 80, estes adolescentes foram estudados apenas como um problema social (Raffaelli, 1996). Ainda hoje, crianças e adolescentes em situação de rua são, com freqüência, vistos como culturalmente privados, incapazes de sentir amor, compaixão, simpatia, de aprender e compreender a sociedade. Muitas pessoas crêem que estas crianças não se interessam por educação e trabalho, são sujeitos por opção, amantes das drogas e criminosos irremediáveis (Oliveira, Baizerman & Pellet, 1992). Além disso, são geralmente descritos como sendo incapazes de aceitar a disciplina e a responsabilidade de viver com regras sociais (Tyler & Tyler, 1996).

A partir da década de 80, duas imagens conflitantes passaram a surgir nos resultados das pesquisas (Raffaelli, 1996). Na primeira, a “criança de rua” era apontada como a vítima que deve ser resgatada de um ambiente explorador e severo. Na segunda imagem, a criança “é uma sobrevivente ativa que está pleiteando por um caminho alternativo e viável para chegar a adultez” (p. 125), sendo focalizado o modo divertido e flexível que esta manifesta em suas negociações diárias. Estas diferentes percepções podem gerar grandes disparidades no que diz respeito à seleção de uma amostra desta população, e por conseqüência, nos resultados gerados pelas pesquisas.

A caracterização de forma abrangente e minuciosa de uma amostra de crianças em situação de rua a ser estudada torna-se, portanto, da maior relevância em estudos sobre o desenvolvimento psicológico. A correta descrição e identificação dos participantes de um estudo é, na verdade, um fator primordial para a confiabilidade dos resultados de qualquer pesquisa. Neste sentido, apesar da caracterização da população de crianças e adolescentes em situação de rua ser um dos pontos mais difíceis na pesquisa (Martins, 1996a), esta etapa deve ser realizada de forma bastante criteriosa. As pesquisas realizadas de contagem de crianças em situação de rua falham no momento de definir o termo “criança de rua” (Scanlon e cols., 1998). Por não haver uma definição clara e consensual, existem grandes discrepâncias nos

resultados dos estudos (Bandeira, Koller, Hutz & Forster, 1994). Nas pesquisas, a amostra deve ser descrita com nível de detalhamento suficiente para que outros pesquisadores saibam, com exatidão, quem são os participantes (Hutz & Koller, 1999) e, desta forma, no futuro, possam ser realizados estudos comparativos com relativa confiabilidade.

Recentemente, foram desenvolvidos diversos trabalhos que resultaram em grande contribuição à caracterização de crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil (Alves, 1998; Aptekar, 1996; Correia, 2001; Cosgrove, 1990; Craidy, 1999; Earls & Carlson, 1999; Forster, Barros, Tannhauser & Tannhauser, 1992; Hutz & Koller, 1999; Koller & Hutz, 1996; Lusk, 1989, 1992; Lusk & Mason, 1993; Maciel, Brito & Camino, 1997; Martins, 1996a, 1996b; Menezes & Brasil, 1998; Raffaeli, 1996; Rosemberg, 1996; Silva e cols., 1998; Smollar, 1999). É possível observar que o processo de seleção de critérios foi, gradualmente, tornando-se mais complexo, abordando um número maior de fatores e considerando cada um deles de forma mais aprofundada. A partir da revisão dos critérios levantados nestes estudos, a criança ou adolescente em situação de rua será identificada, neste capítulo, tomando-se por base cinco aspectos principais: 1) a vinculação com a família; 2) a atividade exercida; 3) a aparência; 4) o local em que se encontra a criança ou adolescente; e, 5) a ausência de um adulto responsável junto à mesma. Antecipadamente, faz-se necessário ressaltar que estes não são critérios rígidos a serem identificados, mas características que devem ser consideradas em toda a sua complexidade e analisadas de forma aprofundada no contato face-a-face com as crianças.

### **Vinculação com a família**

A relação com a família sempre foi mencionada como um dos principais fatores a serem considerados na descrição das crianças em situação de rua. A família é compreendida, segundo Woortmann (1987), como uma unidade ideológica, construída culturalmente no contexto sócio-econômico, no qual está inserida, consiste em laços consangüíneos e/ou afetivos, como um grupo doméstico, e como uma unidade social, ligada a um arranjo residencial, podendo ainda incluir membros não relacionados por parentesco.

Inicialmente, as crianças em situação de rua eram vistas como aquelas que abandonaram seus lares ou foram abandonadas por suas famílias. Posteriormente, foram identificados, nos países em desenvolvimento, dois tipos de crianças e adolescentes no contexto da rua (Lusk, 1989). Esta diferenciação teve como principal

enfoque a vinculação com a família. O primeiro grupo, denominado “crianças *na* rua”, dentre outros fatores, era constituído daqueles que vinham para a rua, mas mantinham laços familiares, retornando para casa à noite ou nos finais de semana. (Lusk, 1989; Raffaelli, 1996). O segundo grupo, as “crianças *de* rua”, eram aquelas que haviam rompido os laços familiares, apesar da maioria não ser órfã. Além do aspecto familiar, esta descrição enfocava também a relação com o trabalho. Segundo Lusk (1992), apenas uma pequena parcela das crianças que trabalham e dormem nas ruas são desvinculadas de suas famílias. De acordo com Maciel e colaboradores (1997), foi com o surgimento destas denominações que se desmistificou a imagem que até então predominava, da ruptura dos laços familiares como única e maior causa do ingresso de crianças e adolescentes nas ruas. Impelizeri (1995), analisando as causas da saída das crianças para a rua, constatou que um pequeno número era de órfãos ou havia sido abandonado por seus pais ou responsáveis. Em oposição ao que era postulado inicialmente, a verdadeira causa da saída para rua é a miséria econômica e afetiva (Alves, 1998), que gera exclusão social imposta às famílias de classes populares urbanas e origina o aumento da população infanto-juvenil nas ruas brasileiras e no mundo inteiro (Carvalho, 1999).

Analisando apenas o envolvimento familiar, aparece uma diferenciação em dois extremos, ou seja, ou a criança tem contato com a família, ou não possui qualquer vinculação. Martins (1996b) mantém esta dicotomia, dividindo o grupo de participantes em dois tipos: aquele que “está inserido dentro de um núcleo familiar” e aquele que “não está ligado a nenhum núcleo familiar”. (p. 38)

Em outro estudo, a vinculação com a família foi descrita como um pouco mais complexa. Cosgrove (1990) enfoca este fator dividindo-o em três categorias: efetivamente envolvido, inconsistentemente envolvido e não-efetivamente envolvido. Aparece, então um estado intermediário de envolvimento familiar, no qual existe a possibilidade da criança não estar nem tão fortemente vinculada à família, nem totalmente distante desta. Estas três classes são cruzadas com outros três subtipos de adequação às normas sociais. Em sua classificação, Cosgrove classifica nove tipos de crianças e conclui propondo uma definição na qual “uma criança de rua é qualquer indivíduo com idade abaixo da maioridade, cujo comportamento está, predominantemente, em desacordo com as normas da comunidade e cujo apoio maior para suas necessidades desenvolvimentais não é a família ou a família substituta”. (p. 192)

É necessário modificar a visão sobre esta questão e compreender a relação existente entre a criança e a sua família como não sendo passível de ser tipificada, dividida em

blocos de duas, três ou mais categorias. Isto porque o ser humano não se desenvolve em saltos, mas em processo. A partir deste pressuposto, sugere-se que esta vinculação seja qualificada e entendida como variando ao longo de um contínuo. Reconhece-se que em um extremo deste, encontrar-se-iam aqueles completamente ligados à sua família e, no outro, aqueles sem contato algum. Contudo, entendido como um processo dinâmico, cada pessoa se movimentaria ao longo deste *continuum*, aproximando-se ou afastando-se destes pólos, no que se refere à vinculação familiar. Tomando-se, como exemplo, a própria população infantil em situação de rua, observa-se que, dificilmente, uma criança encontra-se harmônica e vinculada com a sua família em um dia e, no outro, ela está na rua, sem qualquer ligação familiar. Em geral, este processo ocorre de forma lenta e gradual. Por exemplo, no início, a criança sai de casa esporadicamente, por exemplo, para trabalhar guardando carros, durante uma ou duas horas em um local mais próximo de sua residência. Gradativamente, o tempo de permanência na rua vai aumentando, assim como a distância de sua residência, até o ponto em que a criança passa a manhã e a tarde longe de casa, mas, ao final de cada dia, retorna para a sua família. Isto ocorre até que, por algum motivo, ela precise dormir uma noite fora de casa, seja porque não conseguiu dinheiro suficiente ou porque ficou muito tarde para o retorno. Nesta ocasião, a família preocupa-se, mas com o tempo acaba por se acostumar. O que antes acontecia uma vez ao mês, passa a ocorrer uma vez por semana, até chegar a ser diário. Paralelamente, a criança, que antes ficava sozinha, desenvolve uma rede de apoio social para a sua instalação na rua, fazendo amizade com outras crianças, desenvolvendo algum tipo de trabalho mais rendoso e fixo, e conquistando a confiança de uma freguesia. O que antes era esporádico, torna-se habitual. Anteriormente seu trabalho tinha a função de complementar a renda familiar e agora passa a ser a manutenção da própria subsistência. Todo este processo pode levar de semanas a anos, mas em geral, está associado a uma paulatina desvinculação familiar.

Ao apresentar esta percepção do fenômeno, não se quer desacreditar as pesquisas que analisaram a situação de forma compartimentada. Ao contrário, reconhece-se que estas foram de extrema importância para a produção do conhecimento sobre crianças e adolescentes em situação de rua. Contudo ressalta-se a urgência de se considerar a questão em toda a sua complexidade, necessitando para tanto, uma mudança ontológica na forma de perceber a relação familiar nesta população. Como é possível identificar, a vinculação familiar, assim como cada um dos outros fatores, não pode ser entendida como um critério estático de identificação de uma criança em situação de rua. Devido à complexidade do universo psicossocial desta população, o tipo de

ligação estabelecida entre a criança e a família, longe de ser o único, é apenas mais um aspecto a ser considerado na compreensão de toda a problemática envolvida.

### **Atividade**

O segundo aspecto adotado para caracterizar a situação de rua é a atividade desempenhada pela criança ou pelo adolescente neste contexto. Uma primeira diferenciação necessária está relacionada ao reconhecimento de que crianças e adolescentes em situação de rua executam dois tipos de atividades: as lícitas e as ilícitas. Segundo Rosemberg (1996), as principais atividades, habitualmente compatíveis com a população aqui descrita, são pedir esmola, perambular, brincar, dormir e trabalhar. Observa-se que a autora se refere unicamente às atividades lícitas, desconsiderando o segundo grupo. O ato de esmolar inclui o pedido de dinheiro ou produto, geralmente alimentação, sozinho ou acompanhado de outras crianças e adolescentes. Rosemberg utilizou o termo perambular referindo-se às crianças e aos adolescentes que, quando sozinhos ou em grupo, circulavam pela rua, ficavam parados sem nada fazer, denotando uma ação sem um fim específico.

Como toda e qualquer criança, aquela que vive no ambiente da rua, também valoriza fortemente as atividades de caráter lúdico. Independente do contexto e apesar dos potenciais riscos que este apresenta, o ato de brincar é de grande importância para o desenvolvimento infantil, uma vez que, dentre outras funções, estimula a capacidade simbólica, propicia a interação com os pares, valoriza o reconhecimento de normas e regras (Alves, 1998) e fornece subsídios para a formação da identidade de gênero (Bonamigo & Koller, 1993). Através das brincadeiras e jogos, Alves salienta que a criança elabora sua relação com o mundo, dividindo espaços e experiências com outras pessoas. Mais do que isto, brincando, a criança se transforma em um agente que lida com objetos carregados de mensagens que são continuamente transformadas. Fazendo referência ao brincar como uma atividade eminentemente simbólica, Newcombe (1999/1996) afirma que o simbolismo, na criança, vai além da linguagem. Consiste em um aspecto que perpassa o pensamento humano, permitindo, por exemplo, que uma pessoa construa um modelo ou diagrama, finja que um objeto é outro ou imagine situações que nunca viveu. A criança em situação de rua, talvez por ter um menor acesso a brinquedos ou menos oportunidades de estar em lugares onde gostaria, termina por desenvolver fortemente esta habilidade simbólica. É neste contexto que se insere a brincadeira do faz-de-conta fortemente presente nas atividades cotidianas deste grupo (Alves, 1998). A representação de um carro por um pneu, de um barco por uma folha de árvore, de uma boneca por uma espiga de milho,

e a transformação de uma roupa velha em capa de super herói ou de um amontoado de entulhos em um parque de diversões, deixa de ser visto como privação e passa a ser interpretado como um exercício abundante de significados. Ações como estas são vistas como condições ideais para o desenvolvimento da criatividade (Alves e cols., 2001).

No contexto da rua, em muitos momentos, a criança extrapola os limites socialmente impostos dos lugares considerados corretos para brincadeiras. Com frequência, são observados grupos de crianças nadando em chafarizes e pequenos lagos no centro das cidades ou jogando futebol em jardins criteriosamente cuidados. Rosemberg (1996) afirma que a atividade de brincar na rua, por si só, não define uma criança como estando “em situação de rua”, mas esta ação deve estar associada, entre outros fatores, a uma certa inadequação do espaço como um lugar para brincar. Ainda que este possa ser um critério útil para a caracterização da referida população, recomenda-se que não seja transformado em regra, porque, em muitas situações, a criança em situação de rua compartilha os mesmos espaços lúdicos com crianças em outras condições de vida e níveis socioeconômicos. Nestes casos, o pesquisador precisa ter atenção especial na observação de outros fatores como, por exemplo, a aparência, a ausência de um adulto responsável e/ou quão distante é o local da brincadeira, em relação à residência daquela criança.

A atividade lúdica é de especial interesse para o pesquisador e para o profissional que busca realizar alguma intervenção junto à população infanto-juvenil em situação de rua. Brincar constitui-se em uma das principais formas de estabelecimento de vínculo entre um adulto, em princípio desconhecido, e a criança. Dependendo da idade daquela com a qual o adulto interage e do número de pessoas envolvidas, inúmeras atividades podem ser desenvolvidas, com o objetivo de aproximar a relação, conquistar a confiança mútua e, por consequência, estabelecer vínculos. Dentre estas cita-se as brincadeiras de faz-de-conta ou roda (Alves, 1998), nas quais o adulto precisa “transformar-se” também em criança, os brinquedos de montar e quebra-cabeças, as brincadeiras de esconder e de “pegar”, as atividades esportivas, nas quais se destacam o futebol, bastante difundido no Brasil, e as atividades artísticas, como o desenho, a pintura, a colagem, a música, a dança, o teatro e a fotografia.

Dentre as atividades artísticas passíveis de serem desenvolvidas junto às crianças e adolescentes em situação de rua, algumas merecem um certo destaque, pela gama de vantagens que oferecem ao profissional durante a sua realização. Uma delas é a música, capaz de despertar interesse, principalmente quando composta e cantada pela própria garotada. Surgem desde canções infantis até aquelas produzidas pelos

próprios adolescentes, marcadas com um conteúdo de denúncia social, como no movimento *hip-hop*. Um procedimento bastante utilizado é registrar, em áudio ou vídeo, a interpretação individual ou grupal e depois mostrá-la aos protagonistas, para que ouçam ou assistam suas próprias vozes e atuações. A música, somada ao movimento do corpo, transforma-se em dança. A capoeira tem sido uma das danças que mais desperta o interesse de crianças e adolescentes em situação de rua, talvez por possuir elementos de caráter esportivo e de arte marcial, e por ser oferecida em espaços públicos, onde eles circulam. Esta atividade estimula o desenvolvimento psicomotor, através do ritmo e do exercício corporal, permitindo a expressão disciplinada da agressividade contida e, principalmente, o desenvolvimento moral através da construção de normas e regras para o jogo de capoeira e de convívio entre os pares.

Ainda no campo das artes, o teatro, desenvolvido no contexto da rua, destaca-se por permitir que a criança represente suas próprias experiências, dramas e conflitos. Com frequência as crianças apresentam, inicialmente, comportamentos mais tímidos, na realização dos jogos dramáticos, mas com o tempo, assumem os mais diferentes papéis. Verifica-se a representação de personagens do cotidiano da rua, como por exemplo, o bêbado que anda cambaleando, o traficante que tem muito dinheiro, o policial agressivo, a criança de rua, o filho, o pai, a mãe e a criança com alto poder aquisitivo. Enfim, surgem em cena inúmeros símbolos do imaginário social, que representam concepções e conflitos vividos no contexto da rua. Dentre as atividades artístico-lúdicas, uma que possibilita maior riqueza de conteúdo ao pesquisador é a fotografia. Alguns estudos têm sido desenvolvidos utilizando esta proposta (Neiva-Silva & Koller, no prelo). Uma câmera fotográfica é entregue à criança ou adolescente com a solicitação de que se registre determinado número de fotografias em resposta à uma questão específica previamente colocada, como “Quem é você?” (Monteiro & Dollinger, 1996) ou “Quem você vai ser no futuro?” (Neiva-Silva, 2001). As crianças demonstram muito interesse e entusiasmo em relação ao uso da fotografia, dificilmente encontrados com outros instrumentos, como questionários e entrevistas. Ressalta-se a vantagem encontrada no uso da fotografia, em superar as barreiras e limitações encontradas na linguagem verbal (Combs & Ziller, 1977; Neiva-Silva & Koller, no prelo). Especificamente para o profissional da área de psicologia, esta atividade configura-se como uma grande oportunidade para pesquisa e intervenção.

Embora tenha sido criticado o uso de instrumentos que envolvam linguagem verbal, o Jogo das Sentenças Abertas revela-se uma ferramenta muito útil na obtenção de idéias e informações sobre vários aspectos em pesquisas com crianças e

adolescentes em situação de rua. Alves e colaboradores (Alves, 1998; Alves e cols., 2000, 2001) investigaram os interesses sobre brinquedo, trabalho, espaço da rua, preferências por companhias em atividades lúdicas, apresentando frases curtas incompletas e solicitando que a criança as completasse “com a primeira idéia que lhe viesse à cabeça”. Raffaelli, Koller, Reppold, Kuschick, Krum e Bandeira (2001) também utilizaram esta metodologia com adolescentes brasileiros em situação de rua, buscando informações sobre o seu cotidiano e suas vivências no espaço da rua. Foi observado que a reação imediata à uma sentença aberta, eliciava respostas espontâneas, sem tempo para censura. Mais ainda, o fato das sentenças serem estruturadas facilitava ao participante que a completasse, sem que ele mesmo tivesse que elaborar uma frase estruturada. Os dados obtidos nos estudos mencionados acima são bastante ricos e elucidativos sobre a realidade do viver na rua, complementando o que era conhecido através de entrevistas e questionários.

As atividades de caráter lúdico continuam bastante presentes durante toda a infância e adolescência vividas na rua. Contudo, observa-se que quanto maior a idade, mais fortemente a criança e o adolescente em situação de rua se deparará com a necessidade do trabalho. Em geral, o período da adolescência é decisivo na vida do jovem, pois, geralmente, coincide com a saída da escola e com a entrada no mundo do trabalho, caracterizando a construção de uma nova identidade ou a aquisição de um novo *status* de adulto (Sarriera, Schwarcz & Câmara, 1996). “O adolescente sai de uma instituição organizada e organizadora para um espaço social no qual o tempo e a atividade não estão tão estruturados” (Sarriera, Berlim, Verdin & Câmara, 2000, p. 45). Segundo estes autores, este novo espaço é chamado de *terra de ninguém*, pois nenhuma instituição se responsabiliza pelo jovem nesta fase. Com relação à população em situação de rua, este marco no ciclo desenvolvimental nem sempre ocorre da mesma maneira, pois o trabalhar geralmente se inicia ainda na infância, antes mesmo do primeiro contato da criança com a escola. Isto faz com que ela, desde a sua mais tenra idade, seja inserida nessa terra de ninguém, na qual nenhuma instituição, às vezes nem mesmo a família, se responsabiliza pela criança em situação de rua.

Trabalho é definido como qualquer ação laboral lícita, formal ou informal, cujo objetivo final seja a obtenção de dinheiro, alimento, vestuário, bens, serviço ou privilégio. Dentre os trabalhos na rua com fim de obtenção de dinheiro, encontram-se os vendedores ambulantes, os engraxates, os guardadores e os limpadores de carros. Recentemente, as crianças têm desenvolvido uma nova habilidade: o malabarismo. Geralmente este é realizado junto a semáforos, nos quais as crianças apresentam

números de equilíbrio, “pirâmide humana” e jogos malabares com calotas, garrafas, bolas ou frutas. Após a apresentação, elas passam junto aos carros para o recolhimento de algum dinheiro. Isto pode ser interpretado como uma forma de mendicância, pelo fato de realizar uma atividade e depender da “doação” de outras pessoas. Contudo o malabarismo é compreendido como uma atividade laboral, assim como no caso dos trabalhadores de circo. As próprias crianças classificam-no como sendo uma habilidade artística e realizam treinamentos com grande seriedade.

O trabalho como meio de obtenção de um serviço ocorre quando a criança executa determinada tarefa para receber, em troca, uma outra. Isto é observado, por exemplo, quando a criança auxilia no carregamento de um caminhão, para receber, em troca, o seu traslado até determinado ponto da cidade. Outro exemplo ocorre quando um adolescente auxilia uma senhora no transporte de suas compras e recebe a limpeza de suas roupas. A obtenção de um privilégio é verificada quando a criança, por exemplo, recolhe o lixo de um restaurante ao final da noite e recebe a autorização para dormir sob a marquise daquele estabelecimento. Outro exemplo da obtenção de um privilégio, já observado, ocorre quando um adolescente, utilizando-se de um guarda-chuva, leva e traz, nos carros, os clientes de um restaurante. Em troca, recebe a autorização de permanecer no estacionamento do restaurante, vigiando os carros ou recebendo gorjetas.

Uma questão instigante sobre as atividades de crianças e adolescentes em situação de rua refere-se à realização de trabalho formal. Na pesquisa realizada por Rosemberg (1996), este aspecto é desconsiderado, uma vez que o objetivo da pesquisa era contabilizar o número de crianças e adolescentes que trabalhava, efetivamente, na rua. Martins (1996a, 1996b) aponta unicamente a realização do trabalho informal, principalmente por não haver vínculo empregatício legal. Entretanto, ainda que não muito freqüentemente, é possível encontrar adolescentes em situação de rua trabalhando em empresas comerciais ou prestadoras de serviços. Na maioria das vezes, em caráter secundário ou complementar, exercem funções como limpeza, transporte ou assistente de mecânica ou de lanternagem (chapeação). Os respectivos contratos, ainda que verbais, definem carga horária semanal, horário de entrada e de saída, valor e periodicidade do pagamento (diário, semanal ou mensal) e vestimenta. Estes empregos, algumas vezes, são legalmente questionáveis, pois, em geral, extrapolam o número de horas permitidas, não assinam carteira de trabalho e tampouco tratam os adolescentes como aprendizes. Apesar destas desvantagens, faz-se necessário reconhecer que os trabalhos aqui descritos são de grande importância social, uma vez que desenvolvem a noção de limite, estabelecem regras e geram uma

identidade cidadã nos adolescentes em situação de rua. Propiciam, também, a oportunidade de assumir papéis, de se relacionar com figuras de autoridade não-repressoras (como a polícia, por exemplo) e de adotarem uma atitude de autovalorização pessoal diante da execução da tarefa, do cargo ocupado e até mesmo por vestirem um uniforme que os diferencia da condição de adolescentes de rua. Estes dois pólos geram, no adolescente, uma posição antagônica em relação ao trabalho. Segundo Bonamigo (1996), “embora este trabalho revele-se, em alguns momentos, prejudicial ao seu desenvolvimento, ele é que está garantindo, mais do que a sobrevivência das crianças, o seu reconhecimento como sujeitos produtivos dentro de uma sociedade para a qual o trabalho é algo extremamente valorizado”. (p. 149)

Como se observa, dentre as atividades lícitas, o trabalho e a mendicância configuram-se como sendo as principais formas de obtenção do que as crianças e adolescentes necessitam. Contudo reconhece-se que parte deles desenvolve, também, de forma esporádica ou periódica, atividades ilícitas. Dentre as mais freqüentes, encontra-se o roubo, o furto, e as ações ligadas ao comércio de drogas, tais como, venda, compra, intermediação e transporte. Uma parte considerável de meninas em situação de rua, bem como alguns meninos, são expostos à exploração sexual, para garantir a sua sobrevivência.

A diferenciação das atividades entre lícitas e ilícitas é compreendida como necessária para uma correta consideração sobre a complexidade vivida por essa população. O trabalho desenvolvido por Martins (1996a, 1996b) inclui as atividades de furto e mendicância dentro da categoria trabalho. Com vistas à construção de uma imagem mais humana da criança em situação de rua, faz-se necessário esclarecer que o trabalho traz consigo uma noção de produção e está intimamente ligado à idéia de práxis. Esta consiste no “conjunto das atividades humanas tendentes a criar as condições indispensáveis à existência da sociedade e, particularmente, à atividade material, à produção” (Ferreira, 1986, p. 1378). Nesta acepção, roubo ou furto podem ser descritos como atividade realizada, não como um trabalho desenvolvido pela criança ou adolescente em situação de rua.

Em face de todas estas especificidades apresentadas, relacionadas ao trabalho, é possível compreender a importância de uma análise criteriosa deste tema. O jovem pode percorrer diferentes trajetórias no processo de transição entre a escola e o trabalho, dependendo de suas necessidades pessoais, habilidades, formação pessoal, situação escolar, apoio familiar e oportunidades do meio (Sarriera e cols., 1996). A relação estabelecida com o trabalho, seja na procura, na experiência ou na perda de um emprego, constitui em um dos principais entraves para o desenvolvimento de

projetos pessoais. É neste processo que, em muitos casos, ocorre a redução do campo de ação do indivíduo e de suas relações interpessoais, bem como a produção de sentimentos de desvalorização de si mesmo e da própria posição social (Sarriera e cols.). Estes eventos sucedem-se em situações previsíveis do desenvolvimento, no entanto se agravam em situações de risco pessoal e social, como no caso das crianças e adolescentes que carregam o preconceito macrossistêmico de terem se socializado em situação de rua.

O trabalho, realizado por crianças e adolescentes em situação de rua, analisado em toda a sua complexidade, ainda é bastante discutido por pesquisadores e profissionais. Se por um lado, “é proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz” (Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990, Art. 60), por outro, o trabalho é gerador de identidade para o sujeito (Jacques, 1993), diferenciando as crianças dos “vagabundos” e dos “marginais” (Bonamigo, 1993). O trabalho realizado por crianças e adolescentes em situação de rua permite “uma forma diferente de infância,... que envolve, ao mesmo tempo, prejuízos e vantagens, exigências e atribuições, sofrimento e satisfação. Embora diferente essa continua sendo uma infância” (Bonamigo, 1993, p. 149).

### **Aparência pessoal**

O terceiro aspecto adotado para caracterizar a “situação de rua” em uma criança ou adolescente é sua aparência pessoal. Este é um dos aspectos mais freqüentemente usados por pesquisadores e profissionais para identificá-los. A aparência é pautada, principalmente, na observação de aspectos exteriores, como a vestimenta e a higiene (Rosemberg, 1996). Especialmente em crianças mais novas, observa-se, com freqüência, ausência de calçados, uso de roupas descuidadas e com tamanhos inadequados ao corpo, assim como mãos, pés e rosto sujos, denotando pobreza e desleixo. Estes fatores podem ser descritos como aparência de abandono, pois a visível falta de higiene e de adequação no vestir indica a ausência da atenção de um cuidador. Estas ocorrências contribuem para a manutenção de um estereótipo que descreve, dentro destes padrões, as características físicas da população de rua. Contudo, pode-se encontrar, não só crianças, mas principalmente adolescentes que não se ajustem a esta descrição. Adolescentes, em geral, tendem a ter mais preocupação com a auto-imagem, podendo ser encontrados com roupas e calçados limpos e relativamente novos. Dependendo se o adolescente está trabalhando e do quanto disponibiliza em termos financeiros, é possível encontrar referências, inclusive, sobre o uso de grifes da moda caras e famosas. Isto é observado, por exemplo, em

crianças e adolescentes envolvidos em algumas atividades ilícitas, em geral mais rendosas e que exigem melhor apresentação pessoal. Nestes casos, não é raro confundir os adolescentes em situação de rua com aqueles de nível socioeconômico médio.

Em relação à higiene, a preocupação com a aparência pode dar-se de forma semelhante. Especialmente em grupos mistos, ou seja, formados por adolescentes de ambos os sexos, observa-se um maior interesse por parte dos jovens em se manterem razoavelmente limpos e penteados, dentro de suas disponibilidades de recursos para tal, ainda que com roupas velhas, como forma de conquista da simpatia do outro sexo.

Uma criança pobre e não necessariamente em situação de rua pode apresentar a mesma descrição referente à higiene e vestimenta. Imagine-se, por exemplo, uma situação na qual uma criança que está brincando na rua, apresenta a roupa e o corpo sujo, está descalça e mal-vestida.

Um dilema amplamente discutido entre pesquisadores da área é se uma criança pobre deve ser descrita como estando em situação de rua. Exemplificando-se, pode-se encontrar uma situação em que esteja uma criança brincando na rua, junto com duas outras da sua idade, todas elas com o corpo e as roupas sujas e desacompanhadas de um adulto responsável. Em um primeiro momento, uma avaliação superficial poderia categorizá-la como criança em situação de rua, mas para subsidiar esta classificação, devem ser considerados, dentre outros fatores, a distância que a criança se encontra de sua casa e se ela está acompanhada de um adulto responsável por sua segurança. Se estas estiverem próximas a cortiços, favelas ou conjuntos habitacionais de baixa renda, *a priori*, não serão identificadas como em situação de rua (Rosemberg, 1996). Isto porque, a rua provavelmente deva ser o local destinado a atividades lúdicas, na falta de algum outro espaço reservado especialmente para tal fim. Além disso, nestes lugares, as crianças tomam como referência, além dos próprios familiares que estão próximos, uma série de outras pessoas como vizinhos ou comerciantes locais, que fazem com que elas não estejam “descuidadas”. Neste caso específico, uma observação mais acurada poderia identificar, de fato, uma criança pobre, brincando na rua, em frente à sua casa, sob os olhares atentos de um adulto cuidador. Conclui-se que a pobreza, tomada isoladamente, não caracteriza uma criança ou adolescente como estando “em situação de rua” (Carrizosa & Poertner, 1992; Martins, 1996b; Oliveira e cols., 1992; Swart-Kruger & Donald, 1996; Williams, 1993).

Tanto no caso dos adolescentes quanto de crianças, há uma tendência do profissional que realiza pesquisa ou intervenção em caracterizar a criança pobre como estando em

situação de rua. Portanto, salienta-se a importância de extrapolar a observação apenas da aparência pessoal e buscar a identificação de outros fatores contextuais, como pelo menos a atividade desenvolvida, o local em que se encontra e a presença de um adulto responsável.

### **Local**

O quarto fator adotado para caracterizar o termo “em situação de rua” é o local onde a criança ou o adolescente se encontra, ou seja, a rua. “A rua não é apenas um lugar de circulação. Para muitos, é lugar de viver” (Craidy, 1999, p. 21). O termo “rua” é definido por Rosemberg (1996), como sendo “toda via ou logradouro público externo” (p. 31), incluindo-se avenidas, praças, parques, estacionamentos, jardins, feiras, calçadas, assim como todo espaço público ao redor de instituições ligadas a comércio, alimentação, lazer, transporte, desporto, saúde e religião, dentre outros. Esta descrição do local não deve ser tomada como definição a ser seguida rigorosamente, mas, sobretudo, qualificada, tomando por base outros aspectos. Um destes é a proximidade em que a criança ou adolescente se encontra de sua casa, ou do local que considera como sua referência domiciliar primária. A rua deve ser compreendida, não só como espaço físico concreto, mas também como o contexto onde são estabelecidas e desenvolvidas as principais relações de socialização da criança e do adolescente que nela vivem, de forma parcial ou integral.

Existe, ainda, um outro lugar, bastante representativo desta população, que é o local adotado por crianças e adolescentes como referência para deixar seus pertences e/ou para dormir. Sua nomenclatura varia de acordo com as cidades ou regiões do país, mas em geral são conhecidos por “mocós”, comumente, localizados em becos, terrenos baldios, casas abandonadas, construções não-concluídas e até nas copas de árvores ou sob as mesmas. Na maior parte das vezes, estes locais são deixados conhecer apenas quando existe grande vinculação da criança ou adolescente com os seus visitantes. É recomendável que estes locais sejam respeitados e não penetrados sem a devida autorização.

### **Ausência de adulto responsável**

O quinto aspecto adotado neste capítulo para caracterizar a criança ou adolescente em situação de rua é a ausência de um adulto identificado como seu cuidador ou responsável. Além de se refletir na aparência de descuido ou falta de higiene, a ausência de supervisão de um adulto torna a criança em situação de rua mais

vulnerável frente aos riscos do seu meio. Alves (1998) descreve a criança em situação de rua, entre outros fatores, como estando desacompanhada de um adulto cuidador. De outra forma, Rosemberg (1996) classifica como “em situação de rua”, toda criança ou adolescente que esteja pedindo esmola, sozinho ou acompanhado de um adulto. Estar acompanhado de um adulto é uma característica que deve ser observada com muita atenção pelo pesquisador, sob pena de haver a exclusão, do grupo de participantes, de diversas crianças e adolescentes que, em princípio, fariam parte da população em estudo. Alves verificou que as crianças em situação de rua procuram sistematicamente a companhia de adultos na rua, nem sempre seus cuidadores, mas conhecidos ou pessoas com quem podem conseguir alguma ajuda. Há, ainda, aqueles adultos que se aproximam das crianças e dos adolescentes, com pretensa aparência de cuidador, mas, na verdade, são exploradores do trabalho ou da sexualidade.

A verificação da presença ou ausência de um adulto responsável deve ser realizada em diferentes momentos, desde a observação de campo e a aproximação com as crianças, até a abordagem direta a elas. Acredita-se que a grande maioria das crianças e adolescentes em situação de rua esteja realmente desacompanhada de um adulto cuidador. Quanto maior a idade, maior a tendência de que isto ocorra. Entretanto, muitos são os casos em que os infantes estejam aparentemente sozinhos, mas sendo observados à distância pelo próprio “responsável”. Um exemplo disto ocorre nos semáforos, nos quais as crianças ficam pedindo dinheiro ou vendendo balas e frutas, mas ao longe, estão sendo monitorados por alguém que pode estar realmente evitando que outros lhe causem danos, ou que as estejam explorando, não importando o mal causado, mas a garantia de que o dinheiro recebido seja entregue integralmente a ele. Podem permanecer horas sem nenhum contato com este cuidador, resultado em muitos casos, da instrução repassada pelo dito “responsável”. Quando da aproximação de alguma pessoa que possa representar uma ameaça à funcionalidade desta estrutura, seja um policial, um educador de rua ou um pesquisador, surge imediatamente este adulto afirmando que as crianças não estão desacompanhadas. Em termos legais, isto é caracterizado como exploração do trabalho infantil e pode resultar na destituição de pátrio-poder. Com base nesta descrição, os pesquisadores devem observar cuidadosamente este aspecto, principalmente nas pesquisas cujo objetivo é apenas a contagem do número de crianças e adolescentes em situação de rua, nas quais, em muitos casos, não há contato direto com a população.

No desenvolvimento da referida questão, houve casos de se encontrar crianças guardando carro em um estacionamento e que, ao serem abordadas, surgiu o pai que

estava realizando o mesmo serviço no estacionamento ao lado. Em termos de pesquisa, aqui se instala o dilema da caracterização ou não desta criança como estando “em situação de rua”. Caso seja tomada por critério apenas a antiga visão de que criança de rua é aquela que não tem vinculação familiar, esta criança não será considerada um participante. Contudo, se for analisado todo o contexto no qual está inserida a criança, ela será considerada como “em situação de rua”, pois se enquadra perfeitamente em vários outros aspectos descritos anteriormente, tanto na atividade desenvolvida, na aparência e no local. De qualquer forma, esta criança está em situação de risco, exposta à realidade da rua e exercendo uma função não apropriada para sua fase de desenvolvimento. Além disto, este adulto não pode ser qualificado como cuidador, mas como explorador desta criança. Neste caso, cabe ao pesquisador abordar o responsável, explicar os objetivos e as condições da pesquisa e solicitar-lhe o consentimento informado, como normalmente é feito em qualquer outro estudo. Como se observa, este caso é uma exceção ao critério da ausência de um adulto responsável pela criança ou adolescente.

Em resumo, os critérios de identificação de crianças e adolescentes em situação de rua para fins de afinar ou lapidar os procedimentos metodológicos de uma pesquisa devem levar em conta os cinco aspectos aqui citados. Entretanto, devido à enorme complexidade e diversificação desta população, nenhum dos fatores deve ser tomado de forma absoluta e isolado dos demais. Na análise de todo o contexto, é importante considerar os riscos aos quais as crianças estão expostas, assim como o quão vulneráveis elas estão frente a estes riscos (Hutz & Koller, 1999).

Este capítulo busca analisar a rua como contexto de desenvolvimento e a caracterização da população infanto-juvenil de rua. Contudo, não se pretende estabelecer uma norma a ser seguida de forma arbitrária para a classificação da referida população no Brasil, nem tampouco preencher as lacunas para o entendimento das condições de vida de crianças e adolescentes que utilizam o espaço da rua para o seu desenvolvimento. Ao contrário, espera-se oferecer um conjunto de fatores a serem levados em consideração por pesquisadores para orientar a identificação de cada caso de criança ou adolescente que esteja nesta condição. Por esta razão, questiona-se o uso de algumas tipologias utilizadas (Cosgrove, 1990; Lusk, 1989, 1992; Martins, 1996a, 1996b) para caracterizar esta população. Por mais rigorosas e elucidativas, acabam gerando classificações de tipos de crianças que na prática não são identificadas com pureza de critérios. Tais tipologias também correm o risco de serem tão genéricas que criam grupos muito heterogêneos, nos quais cada criança ou adolescente apresenta apenas um critério de classificação comum, não

sendo portanto comparáveis. Não existem crianças em situação de rua do tipo um, dois ou três, pela mesma razão que não existem “tipos” de mulheres ou de homens. Ainda que este modelo possa ser útil na estruturação de uma pesquisa ou na apresentação dos dados da mesma, faz-se necessário reconhecer que esta é uma descrição bastante simplista do ser humano, sem considerar toda a sua complexidade e a do meio no qual está inserido. Frente aos esforços de inúmeros profissionais e instituições, espera-se o dia em que crianças e adolescentes não mais tenham a rua como principal contexto de desenvolvimento.

## Referências

- Alves, P. B. (1998). *O brinquedo e as atividades cotidianas de crianças em situação de rua*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Alves, P. B. , Koller, S. H., Silva, M. R., Reppold, C. T., Santos, C. L., Bichinho, G., Prade, L. T., Silva, A. S. & Tudge, J. (2000). A construção de uma metodologia observacional para o estudo de crianças em situação de rua: criando um manual de codificação de atividades cotidianas. *Estudos de Psicologia*, 4(2), 289-310.
- Alves, P. B. , Koller, S. H., Silva, M. R., Santos, C. L., Silva, A. S., Reppold, C. T. & Prade, L. T. (2001). Brinquedo, trabalho, espaço e companhia de atividades lúdicas no relato de crianças em situação de rua. *Psico*, 32(2), 47-71.
- Alvim, M. R. B. & Valladares, L. P. (1988). Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. *BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências sociais*, 26, 3-37.
- Aptekar, L. (1996). Crianças de rua nos países em desenvolvimento: uma revisão de suas condições. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 153-184.
- Bandeira, D. R., Koller, S. H., Hutz, C. S. & Forster, L. (1994, Outubro). *O cotidiano de meninos e meninas de rua*. Em XVII International School Psychology Colloquium, Campinas, São Paulo: ABRAPEE.
- Bonamigo, L. R. (1996). O trabalho e a construção da identidade: um estudo sobre meninos trabalhadores na rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 129-152.
- Bonamigo, L. R. & Koller, S. H. (1993). Opinião de crianças quanto à influência da estereotipia sexual dos brinquedos. *Estudos de Psicologia*, 10, 21-40.
- Carrizosa, S. O. & Poertner, J. (1992). Latin American street children: problem, programmes and critique. *International Social Work*, 35, 405-413.
- Carvalho, D. B. B. (1999). A reconstrução da categoria “criança e adolescente em situação de rua” na história social da infância e no âmbito do Projeto Brasília. Em D. B. B. Carvalho & M. T. Silva (Orgs.), *Prevenindo a drogadição entre crianças e adolescentes em situação de rua: A experiência do Prodequi* (pp. 17-34). Brasília: MS/COSAM; UnB/PRODEQUI; UNDCP.
- Combs, J. M. & Ziller, R. C. (1977). Photographic self-concept of counselors. *Journal of Counseling Psychology*, 24, 452-455.
- Correia, G. F. (2001). *A escola promete, a criminalidade dá: O dilema vivido por jovens marginalizados*. Dissertação de Mestrado não-publicada, Curso de Pós-Graduação, Instituto de Psicologia, Universidade de Brasília. Brasília, DF.
- Cosgrove, J. G. (1990). Towards a working definition of street children. *International Social Work*, 33, 185-192.
- Craidy, C. M. (1999). *Meninos de rua e analfabetismo*. Porto Alegre, RS: Artes Médicas.
- Earls, F. & Carlson, M. (1999). Children at the margins of society: research and practice. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 71-82.
- Estatuto da Criança e do Adolescente. (1990). *Diário Oficial da União. Lei nº 8069*, de 13 de julho de 1990, Brasília, DF.
- Ferreira, A. B. H. (1986). *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

- Ferreira, R. M. F. (1979). *Meninos de rua: valores e expectativas de menores marginalizados em São Paulo*. São Paulo, SP: IBREX.
- Forster, L., Barros, H., Tannhauser, S. & Tannhauser, M. (1992). Meninos na rua: relação entre abuso de drogas e atividades ilícitas. *Revista da ABP-APAL*, 14, 115-120.
- Hutz, C. S. & Koller, S. H. (1999). Methodological and ethical issues in research with street children. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 59-70.
- Impelizeri, F. (1995). *Criança de rua e Ongs no Rio: um estudo do atendimento não-governamental*. Rio de Janeiro, RJ: Amais, IUPERJ.
- Jacques, M. G. C. (1993). *Trabalho, educação e construção da identidade*. Tese de Doutorado não-publicada. Curso de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Koller, S. H. & Hutz, C. S. (1996). Meninos e meninas em situação de rua: dinâmica, diversidade e definição. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 11-34.
- Kosof, A. (1988). *Homeless in America*. New York: Franklin Watts.
- Lusk, M. W. (1989). Street children programs in Latin America. *Journal of Sociology and Social Welfare*, 16, 55-77.
- Lusk, M. W. (1992). Street children of Rio de Janeiro. *International Social Work*, 35, 293-305.
- Lusk, M. & Mason, D. (1993). Meninos e meninas “de rua” no Rio de Janeiro: um estudo sobre sua tipologia. Em I. Rizzini (Org.), *A criança no Brasil hoje: Desafio para o terceiro milênio* (pp. ????).. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula (CESPI/USU).
- Maciel, C., Brito, S. & Camino, L. (1997). Caracterização dos meninos em situação de rua de João Pessoa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 10, 315-334.
- Martins, R. A. (1996a). Censo de crianças e adolescentes em situação de rua em São José do Rio Preto. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 101-122.
- Martins, R. A. (1996b). Criança e adolescentes em situação de rua: Definições, evolução e políticas de atendimento. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 35-44.
- Menezes, D. M. A. & Brasil, K. C. (1998). Dimensões psíquicas e sociais da criança e do adolescente em situação de rua. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 327-344.
- Monteiro, J. M. C. & Dollinger, S. J. (1996). Estudo etnográfico e autofotográfico do menino de rua em Fortaleza, Ceará. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 45-60.
- Neiva-Silva, L. (2001). *Expectativas futuras de adolescentes em situação de rua: um estudo autofotográfico*. Projeto de Dissertação de Mestrado não-publicado, Curso de Pós-Graduação em Psicologia do Desenvolvimento, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS.
- Neiva-Silva, L. & Koller, S. H. (no prelo). O uso da fotografia na pesquisa em psicologia. *Estudos de Psicologia*.
- Newcombe, N. (1999). *Desenvolvimento infantil: abordagem de Mussen* (C. Buchweitz, Trad.). Porto Alegre, RS: Artes Médicas. (Original publicado em 1996)

- Oliveira, W., Baizerman, M. & Pellet, L. (1992). Street children in Brazil and their helpers: comparative views on aspirations and the future. *International Social Work*, 35, 163-172.
- Raffaelli, M. (1996). Crianças e adolescentes de rua na América Latina: Artful Dodger ou Oliver Twist. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 123-128.
- Raffaelli, M., Koller, S. H., Reppold, C., Kuschick, M., Krum, F. & Bandeira, D. (2001). How do Brazilian youth experience "the street"? Analysis of a sentence completion task. *Childhood*, 8, 396-415.
- Rosemberg, F. (1996). Estimativa sobre crianças e adolescentes em situação de rua: Procedimentos de uma pesquisa. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 21-58.
- Rovere, S. I., & Pellegrini, J. C. (1980). *La vida de Lazzarillo de Tormes y de sus fortunas y adversidades*. Buenos Aires, Editorial CREA.
- Sarriera, J. C., Berlim, C. S., Verdin, R. & Câmara, S. G. (2000). Os (des)caminhos dos jovens na sua passagem da Escola ao Trabalho. Em J. C. Sarriera (Org.), *Psicologia comunitária: estudos atuais* (pp. 45-63). Porto Alegre: Sulina.
- Sarriera, J. C., Schwarcz, C. & Câmara, S. G. (1996). Juventude, ocupação e saúde. *Coletâneas da ANPEPP – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia*, 1(12), 61-78.
- Scanlon, T. J., Tomkins, A., Lynch, M. A. & Scanlon, F. (1998). Street children in Latin America [Versão Eletrônica]. *British Medical Journal*, 316, 1596-1600.
- Silva, A. S., Reppold, C. T., Santos, C. L., Prade, L. T., Silva, M. R., Alves, P. B. & Koller, S. H. (1998). Crianças em situação de rua de Porto Alegre: um estudo descritivo. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 11, 441-447.
- Smollar, J. (1999). Homeless youth in the United States: description and developmental issues. *New Directions for Child and Adolescent Development*, 85, 47-58.
- Swart-Kruger, J. & Donald, D. (1996). Crianças das ruas da África do Sul. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 59-82.
- Tyler, F. B. & Tyler, S. L. (1996). Crianças de rua e dignidade humana. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 9, 83-100.
- Williams, C. (1993). Who are "street children?" A hierarchy of street use and appropriate responses. *Child Abuse & Neglect*, 17, 831-841.
- Woortmann, K. (1987). *A família das mulheres*. Brasília: Tempo Brasileiro.